



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001286-48.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de empresa de fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros.

DESPACHO Nº 1082 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial - SEAP, que tem como objeto a aquisição de 6.000 (seis mil) garrações de 20 (vinte) litros de água mineral, sem gás, para suprir as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (1032826), cuja quantidade foi atualizada pelo novo DFD juntado no evento 1043399, para atender às unidades da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho/RO.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 1490/2023 (1032933), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Mapa de Riscos e Estudo Técnico Preliminar. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SEAP, para elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Documento de Formalização da Demanda (1044330); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1048179); **c)** Termo de Referência n. 10/2023-SEAP (1048224), que reproduz as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 4 (quatro) empresas apresentaram propostas e demonstraram condições de habilitação, sendo vencedora a empresa A.C.F. MOREIRA-ME, CNPJ n. 14.410.553/0001-27, pelo valor de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais). As certidões de regularidade da referida empresa foram juntadas nos eventos 1040674 e 1056387.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente: à SAC, para análise do termo de referência e seus anexos; à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração do instrumento contratual; e, por fim, à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico (1041286).

A Seção de Apoio às Contratações - SAC, após diligências, manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 10/2023-SEAP (1048224), complementado pela cotação juntada no evento (1040674) e demais elementos contidos no processo, o qual encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 (1048661).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 (1041719). A SPOF, por sua vez, após autorizado o remanejamento pela SAOFC, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), juntou aos autos a Programação Orçamentária da despesa no exercício de 2023, no valor de R\$ 17.400,00 (1041753).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 195/2023 (1057803), concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, opinou: pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de

licitação, do produto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa **A C F MOREIRA - ME.** - CNPJ 14.410.553/0001-27, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de **R\$ 35.700,00** (trinta e cinco mil e setecentos reais), de acordo com sua proposta juntada no evento 1040674, que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas nos eventos 1040674 e 1056387. Por fim, de acordo com o que apontado nos **itens 17 a 19 daquele parecer**, sugeriu que sejam científicas a unidade demandante (SEAP) para a estrita observância dos elementos aplicáveis à elaboração dos DFDs, e à SAC, para fins de exigir esse procedimento em suas análises futuras de regularidade dos DFDs (como também dos demais documentos da fase de planejamento das contratações).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação tradicional e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência n. 10/2023-SEAP (1048224), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (1048179); contratação direta da empresa **A.C.F. MOREIRA**, CNPJ n. 14.410.553/0001-27, no valor total de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais); e publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, do Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário, bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 391/2023-GABSAOFC - 1058331).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 (0934832).

Conforme relatado, a SEAP pleiteou, a aquisição de água mineral natural, sem gás, em embalagem plástica retornável (garrafão) de 20 litros, com tampa protetora e lacre de segurança, no quantitativo total estimado de **6.000** (seis mil) unidades, mediante requisição e troca de garrafões cheios por garrafões vazios, para atender às unidades da Justiça Eleitoral na cidade de Porto Velho/RO, sob a justificativa de não haver garantias de que a água encanada disponível nos locais de funcionamento da Justiça Eleitoral de Rondônia atenda satisfatoriamente aos requisitos de potabilidade para ingestão humana sem a necessidade de passar por um processo de purificação por equipamentos, não somente pela qualidade da água em si, mas também por conta das tubulações e armazenamentos, que podem contribuir para a impureza da água. Assim, considerando, antes de mais nada, a saúde e o bem estar dos servidores e demais usuários da Justiça Eleitoral, faz-se necessária a aquisição de água mineral para suprir a necessidade de consumo/ingestão de água.

Assim, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

Ademais, denota-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase

externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexistência.

Além disso, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 4 (quatro) cotantes (1048179), sagrando-se vencedora a empresa **A.C.F. MOREIRA**, CNPJ n. 14.410.553/0001-27, no valor total de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais). As certidões de regularidade foram juntadas nos eventos 1040674 e 1056387. Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022.

Em razão disso, é possível concluir pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

No caso em análise, verifica-se que a unidade demandante cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade.

Não obstante, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação (1044330); b) Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1048179); e c) Termo de Referência (1048224). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 10/2023-SEAP (1048224), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento 1048179, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa A.C.F. MOREIRA, CNPJ n. 14.410.553/0001-27, e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor de no valor total de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais), em seu favor;

5 - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, nos termos do item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; e

6 - Determino a observância da sugestão constante do item 40 do Parecer Jurídico nº 195/2023 (1057803), a fim de que, conforme apontado nos **itens 17 a 19 daquele parecer**, sejam cientificadas a unidade demandante (SEAP) para a estrita observância dos elementos aplicáveis à elaboração dos DFDs e a SAC, para fins de exigir esse procedimento em suas análises futuras de regularidade dos DFDs (como também dos demais documentos da fase de planejamento das contratações).

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/09/2023, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1061614** e o código CRC **3515F4DD**.

0001286-48.2023.6.22.8000

1061614v25